

PARECER Nº 869/08 DA COMISSÃO DE SAÚDE, PROMOÇÃO SOCIAL, TRABALHO, IDOSO E MULHER SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 815/2005

O projeto de lei, de autoria do nobre vereador Paulo Fiorilo, dispõe sobre o funcionamento do comércio varejista aos domingos e feriados e dá outras providências.

De acordo com a propositura, fica proibido o funcionamento, aos domingos e feriados, das lojas de departamentos, supermercados, hipermercados e lojas de material de construção integrantes das denominadas "redes", no Município de São Paulo. Também prevê que os referidos estabelecimentos poderão funcionar de segunda a sábado das 800 às 22:00 horas e impõe multa de R\$ 10.641,00 aos infratores.

A proposta é justificada com o argumento de que danos são causados ao comércio de pequeno porte que não tem condições de competir com as grandes lojas, sobretudo no campo trabalhista, ao ambiente urbano, com a deterioração da paisagem e da vida urbana, e a desorganização do trânsito.

A Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa exarou parecer pela legalidade e constitucionalidade, justificando que a Lei Federal nº 10.101/00, que trata da matéria, autoriza o trabalho aos domingos no comércio varejista, mas ressalva a competência dos Municípios para disciplinar assunto de interesse local.

No plano municipal, a Lei nº 13.473/02 permite o funcionamento dos estabelecimentos de comércio em geral aos domingos, sujeitando, entretanto, seu funcionamento à autorização do Poder Público Municipal (fls. 9 a 11).

A Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia solicitou informações ao Executivo para subsidiar o parecer e este se manifestou contrariamente ao projeto (fls. 15 a 19).

A mesma Comissão também realizou Audiência Pública, com base no art. 85, parágrafo único do RI e diante das informações resultantes do debate, a Comissão exarou parecer contrário (fls. 57).

No âmbito desta Comissão, quanto ao mérito que devemos analisar, consideramos que o projeto merece prosperar, pois visa: preservar os empregos no pequeno e médio comércio; melhorar a distribuição de renda; incentivar o crescimento da pequena e média empresa local; proteger as camadas mais vulneráveis da economia, além de repercutir na melhoria do trânsito e da segurança nas ruas.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho, Idoso e Mulher, 13-08-2008

Ver. José Ferreira Zelão - Presidente

Ver. Carlos Neder - Relator

Ver. Atílio Francisco

Ver. Mário Dias

Ver. Gilberto Natalini

Ver. Cláudio Prado

Vereadora Noemi Nonato